

“AGORA NÃO DEPENDEMOS MAIS DAS INDICAÇÕES POLÍTICAS”: O raiar do Magistério Público Municipal de Feira de Santana nos anos 1980 e 1990

Mirna Ribeiro L. da Silva
Professora do Instituto Federal da Bahia (IFBA)
E-mail: mirnaribeiro@yahoo.com.br

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Trabalho Docente. História da Educação. Feira de Santana.

Neste texto perseguimos os primeiros movimentos de constituição do magistério público municipal de Feira de Santana-Bahia, no sentido da sua regulamentação e de sua qualificação, que remontam aos finais da década de 1980. Mais especificamente, investigamos as políticas educacionais dirigidas à formação e à carreira do magistério municipal nos anos 1980 e 1990 quanto a uma maior definição, estabilidade e ainda um maior reconhecimento social deste trabalho.

No aspecto da formação e das condições de trabalho, utilizamos jornais de circulação municipal da época para mapear acontecimentos, depoimentos e direcionamentos das políticas implementadas, tendo em vista conhecer os momentos de criação de políticas próprias do município e de inserção em políticas nacionais. No aspecto da conformação da carreira docente, analisamos dados estatísticos e a legislação municipal do período dirigidos a estes aspectos do trabalho docente.

O trabalho está organizado em três partes. Na primeira, perseguimos as políticas de formação docente da rede municipal de ensino, suas principais tônicas e como se relacionaram com diretrizes de escopo nacional. Na segunda, investigamos as políticas dirigidas à carreira docente, principalmente no que diz respeito à consolidação da categoria como funcionários públicos municipais efetivos. Na terceira, discutimos sobre os movimentos das políticas da formação e da carreira docentes em Feira de Santana sob as categorias da profissionalização e da precarização do trabalho docente municipal.

1. As tônicas das políticas de formação docente dos anos 1980 e 1990

A partir de meados da década de 1990, a rede municipal de educação de Feira de Santana se vinculou a programas do Governo Federal que pretendiam melhorar a qualidade do ensino: o Projeto Nordeste para a Educação Básica e o Plano Decenal de Educação para Todos.

O Plano Decenal de Educação para Todos brasileiro se dirigiu à universalização da educação básica – aí incluídos apenas a educação infantil e o ensino fundamental – e à erradicação do analfabetismo, com uma abordagem que não se reduziu à previsão de distribuição de recursos para os sistemas de ensino e contemplou também esferas pedagógicas.

Embora a literatura educacional assinale que o Plano Decenal de Educação para Todos não teve o alcance esperado, vez que se direcionou muito mais a atender exigências do Banco Mundial para obter financiamentos para a educação (SAVIANI, 1999), em Feira de Santana, o Plano teve um certo alcance e demarcou mudanças importantes no sistema municipal de ensino. Todavia, tal como indicado por Saviani, junto à implantação estava em jogo o acesso aos recursos do Projeto Nordeste para a Educação Básica, financiados pelo Banco Mundial.

No início dos anos 1980, a tônica mais forte das políticas públicas municipais recaiu sobre a infraestrutura das escolas e a administração escolar. O Jornal *Feira Hoje* apresentou uma matéria no dia 29 de junho de 1995 em que intenções são declaradas intenções em melhorar a qualidade da educação municipal a partir fundamentalmente da estruturação da área administrativa (FEIRA HOJE, 29 jun. 1995).

A adesão da Secretaria Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação para Todos demarcou uma intenção por reformas que priorizassem a gestão e a infraestrutura, e o Projeto Nordeste para a Educação Básica funcionou como o instrumento de implementação destas intenções. Este Projeto foi resultante de empréstimo do Banco Mundial, direcionado às séries iniciais do ensino fundamental das escolas nordestinas, em três etapas: a primeira de 1980 a 1987 e a segunda e terceira de 1994 a 1999 (CRUZ, 2002).

O Projeto Nordeste alcançou os sistemas municipais e estaduais de ensino em conjunto e possuía ações em diferentes âmbitos, chamados de “Componentes estratégicos”: capacitação de Recursos Humanos, gestão educacional, rede física, materiais de ensino-aprendizagem e um componente especialmente voltado para a melhoria da qualidade do ensino (CRUZ, 2002).

Em Feira de Santana, com o Projeto Nordeste, inicialmente tiveram mais força a qualificação dos gestores das escolas municipais e mudanças na infraestrutura das escolas municipais, como reformas, ampliação e criação de novas escolas municipais e a aquisição de “kits tecnológicos” para as escolas. Posteriormente, houve momentos de qualificação profissional dos professores e professoras da rede municipal. (FEIRA HOJE, 16 nov. 1995).

No aspecto da infraestrutura das escolas, situações de precarização e más condições de manutenção foram constantemente denunciadas. Quadro semelhante em outras escolas municipais do país na década de 1980 foi relatado em documento do MEC (BRASIL, 1988), o que nos permite considerar que esta tendência observada era parte de uma situação nacional e não ocorria isolada nesta cidade.

Em 1996, a então Secretária Municipal de Educação admitiu que a situação das escolas era muito precária e anunciou a recuperação total de 35 delas. Neste mesmo ano, receberam kits tecnológicos do MEC e passaram a ser ligadas à Rede TV Escola (FEIRA HOJE, 27 mar. 1996).

As condições de infraestrutura das escolas, além de indicarem o foco das medidas implementadas pelo Projeto Nordeste para a Educação Básica na rede municipal feirense, são um indicativo das condições de trabalho nas quais as trabalhadoras e os trabalhadores docentes se encontravam no período da sua constituição como categoria efetiva do funcionalismo público municipal. Estas condições, além de prejudiciais aos e às estudantes, também afetaram o exercício do trabalho das professoras e dos professores.

Quanto à formação de professores e professoras, encontramos referências à apenas dois cursos de “reciclagem” nos anos finais da década de 1980 promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, primeiro para os da zona rural e depois para os da zona urbana (FEIRA HOJE, 04 ago. 1987; 23 abr. 1988).

Somente a partir de 1995 a formação dos professores e professoras foi alvo das ações da Secretaria Municipal de Educação e do Projeto Nordeste. Neste ano foi realizada a I Jornada Pedagógica da rede municipal, para cerca de 1.200 professores e professoras das escolas das zonas urbana e rural, com o objetivo de debater questões educacionais e planejar as atividades do ano letivo (FEIRA HOJE, 02 mar. 1995; 05 mar. 1995).

Até este momento tentamos nos aproximar das políticas do governo municipal para a educação e o trabalho docente dos anos finais da década de 1980 e iniciais da década de 1990, nos aspectos da composição do sistema municipal de ensino e do professorado municipal feirense. Partiremos agora para as regulamentações do trabalho docente neste período. Mais do que uma mera demonstração das aprovações e desaprovações da legislação educacional,

buscaremos as primeiras disposições legais do magistério municipal, os direitos conseguidos para a categoria e para a educação municipal, os vínculos ou os distanciamentos entre as políticas municipais para o trabalho docente e as políticas educacionais de âmbito nacional.

2. Regulamentações sobre o exercício do trabalho docente

2.1 O primeiro Estatuto do Magistério Municipal (1987)

A Lei Municipal nº 1.044/87 (FEIRA DE SANTANA, 1987), do Estatuto do Magistério Público do Município de Feira de Santana, foi a primeira regulamentação dirigida especificamente ao trabalho no magistério municipal. Sua criação se deu por força do Decreto nº 91.781, assinado pelo então presidente da república, José Sarney, que impôs às prefeituras municipais a promulgação de leis do estatuto do magistério para receberem recursos do Salário Educação (FEIRA HOJE, 17 fev. 1987). O Decreto foi encarado pelo governo Sarney como parte da política nacional de valorização do magistério (BRASIL, 1988).

O desfecho final do Estatuto do Magistério Municipal de Feira de Santana foi fruto de intervenções dos professores e professoras feirenses e de sua organização representativa à época, a Associação dos Professores de Feira de Santana (APROFS). Em matéria de jornal da época foi afirmado que a elaboração do estatuto já era uma bandeira de luta antiga da categoria, várias vezes discutido, mas nunca promulgado, e que o projeto inicial de 1987 enviado à Câmara pelo Executivo não contemplava esses anseios históricos (FEIRA HOJE, 24 fev. 1987; 16 ago. 1987).

Com a aprovação de um estatuto do magistério que incorporou alguns elementos propostos pelo professorado vimos um momento marcante do trabalho docente feirense. Apesar do caráter em que foi promulgado, para responder a uma condição imposta pelo Governo Federal, foi o início da carreira do magistério de fato público em Feira de Santana. Embora a elaboração inicial tenha acontecido por força de uma determinação *de cima pra baixo*, do governo federal para os governos municipais, foi um avanço e uma garantia maior para os trabalhadores e as trabalhadoras docentes, dada a situação de insegurança e dependência dos humores políticos em que viviam e dadas as intervenções que foram feitas para que este projeto se aproximasse de seus interesses.

Até a implementação deste estatuto, os professores e professoras que atuavam na rede municipal de ensino feirense eram contratados pela prefeitura ou ocupantes de cargos efetivos de outras instâncias. Esta situação os deixava em um estado de constante insegurança quanto à

sua permanência no magistério, pois a sua entrada e a sua saída do quadro do funcionalismo municipal eram quase sempre condicionadas aos sabores das políticas locais, às mudanças dos partidos e dos prefeitos na gestão municipal. Conforme as mudanças de gestão era comum que houvesse demissões e admissões em massa de novos professores e professoras.

Além das demissões, eram comuns as chamadas “perseguições políticas”, como as transferências de professores e professoras opositoristas para lecionar em locais distantes. Ainda no início de 1987 o Jornal Feira Hoje apresentou denúncias de demissões de diversos funcionários devido a mudanças da gestão política da Prefeitura Municipal, entre eles professores e professoras (FEIRA HOJE, 22 jan. 1987; 27 jan. 1987).

Com a promulgação do Estatuto do Magistério de 1987 os professores e professoras contratados pela prefeitura tornaram-se automaticamente servidores efetivos, dado o tempo de serviço que já possuíam. A partir daí passou a valer que o ingresso no magistério se daria somente por concurso público de provas e títulos. Os enquadramentos também foram defendidos pela APROFS, pois se viu nesta medida o “fim dos apadrinhamentos” para as entradas e saídas dos profissionais da educação da rede municipal e uma forma de estabilidade funcional (FEIRA HOJE, 09 abr. 1987).

A garantia de estabilidade que o serviço público passou a conferir aos professores e professoras, antes apenas contratados que viviam em situação de instabilidade, representou um avanço grande. Avanço também para a própria rede municipal de ensino, pois pela primeira vez podemos falar que existia um *corpo docente* próprio e permanente na rede.

Ainda em 1987 e conforme determinado no Estatuto do Magistério, foram enquadrados 1.686 profissionais como servidores públicos municipais, sendo 1.241 para a carreira de Professor, 325 para a carreira de Assistente de ensino, 119 para a carreira de Professor Licenciado e 1 para a carreira de Secretário Escolar.

A informação sobre o número de professores e professoras enquadrados no magistério público municipal nos oferece um panorama sobre o número de docentes e respectivos graus de formação no município. Em 1987 a formação em nível superior dos professores e professoras de Feira de Santana era muito baixa – apenas cerca de 19% do total de professores e professoras enquadrados –, ao passo que os professores e professoras com formação de 2º grau eram cerca de 74% do total. Os professores e professoras leigos enquadrados neste período representavam 7% do professorado municipal e tiveram prazo para alcançarem a qualificação mínima de 2º grau, sob pena de serem desviados da função.

Nos finais dos anos 1980 o número de professores e professoras leigos em Feira de Santana se situava bem abaixo da média total do estado. Segundo dados do MEC, (BRASIL,

1988) em 1986, na Bahia, 33% dos professores e professoras municipais da zona urbana eram não habilitados (1º grau completo e incompleto) e os da zona rural eram 34%.

2.2 O Estatuto dos Servidores Municipais de Feira de Santana (1994)

Em 1994 os profissionais da educação tiveram novos ajustes nas regulamentações de sua profissão, com o Estatuto dos Servidores Municipais, Lei Complementar N° 01/94, que dispõe sobre o estatuto, previdência e sistema de carreira dos servidores municipais, dentre eles os professores e professoras. A aprovação deste estatuto foi reivindicada pelos servidores e servidoras municipais em geral e pelos trabalhadores e trabalhadoras em educação do município, através dos seus representantes sindicais do Sindicato dos Servidores Municipais e da Zonal Sertaneja da APLB (FEIRA HOJE, 07 maio 1994; 20 ago. 1994).

A direção da Zonal Sertaneja da APLB, em reunião com professores e professoras da rede municipal de ensino, avaliou a proposta do Executivo para o novo plano de carreira e considerou que alguns avanços foram conseguidos a partir de negociação com o então Prefeito Municipal: 1) Progressão horizontal e por tempo de serviço a partir do ingresso no serviço público; 2) Manutenção das eleições diretas para diretores das escolas e inclusão da possibilidade de reeleição; 3) Piso salarial e equiparação de aumento de acordo com o salário mínimo (FEIRA HOJE, 04 set. 1994).

Em um capítulo especial sobre a Carreira do Magistério Municipal, foram determinados *Direitos e vantagens especiais do pessoal do Magistério Municipal* (FEIRA DE SANTANA, Art. 316, 1994), que diziam respeito a: 1) poder escolher processos e métodos didáticos e de avaliação da aprendizagem; 2) poder participar de atividades de planejamento curricular, conselhos e reuniões escolares; 3) obter assistência técnica para seu aperfeiçoamento; e 4) poder participar de eventos promovidos pela entidade de classe da categoria.

Além de estipular o piso salarial e bonificações especiais para o Magistério Público, o estatuto indexou o aumento dos salários do serviço público municipal ao aumento do salário mínimo, o que não estava firmado no Estatuto de 1987 e foi considerado um dos maiores avanços pelos professores e professoras de Feira de Santana (FEIRA HOJE, 04 set. 1994).

Por fim, como mais um dos pontos importantes, destacamos que a Lei Complementar n° 01/94 possuiu um capítulo especialmente dedicado à qualificação profissional dos servidores municipais. Esta foi concebida como uma atualização permanente de conhecimentos novos, com vistas a ampliar a produtividade do ensino e melhorar a sua

qualidade. Vinculou-se diretamente a qualificação docente à melhoria da qualidade do ensino, sem considerar outros determinantes para a qualidade, o que pode significar um apelo para maior responsabilização individual dos trabalhadores e trabalhadoras em educação pelo sucesso ou fracasso da educação pública (FEIRA DE SANTANA, Art. 320, I a III, 1994).

A formação inicial em nível superior para os professores e professoras não foi discutida pelo Estatuto, muito menos as condições para que os docentes a alcançassem. Para analisar este dado temos que considerar que naquela conjuntura a exigência mínima de formação era em nível médio (antigo 2º grau) e, dentro deste parâmetro, o número de professores leigos era menor.

3. Em questão, a constituição do magistério municipal de Feira de Santana

Identificados alguns caminhos de constituição do trabalho docente de Feira de Santana, indagamos: Qual a lógica ou as lógicas que se sobrepuseram? O que a implantação destas políticas significou para o trabalho docente, consideradas em seu conjunto?

O panorama deslindado nos permite uma análise em torno das categorias de profissionalização e precarização na constituição do trabalho docente.

Afirmando uma compreensão de *profissionalização* como ampliação do *status* social dos professores e professoras enquanto categoria de trabalhadores, podemos aferir uma melhoria para o trabalho docente nos anos finais da década de 1980 e iniciais da década de 1990, inclusive porque foi um momento de constituição do corpo docente feirense como profissionais pertencentes à rede pública municipal de educação, que antes não se organizava desta forma.

O primeiro avanço e o mais notável no sentido da profissionalização foi o enquadramento dos professores e professoras como funcionários públicos estatutários e a definição do ingresso somente por concurso público, que antes estavam sujeitos às indicações políticas. Depois disto foram alcançados outros avanços, como a criação do Estatuto do Magistério e de planos de carreira, o estabelecimento do piso salarial e a indexação do seu aumento de acordo com o aumento do salário mínimo, os níveis salariais atribuídos ao magistério no município, a possibilidade de participação e de democratização da gestão escolar com as eleições diretas para direção, e também a pretensão, ainda que bastante tímida, de se promover a formação continuada dos servidores e servidoras municipais.

Estas políticas serviram para conquistar a persuasão dos professores e professoras, para se vincularem às determinações do Estado, semelhante ao que Nóvoa (1991) identificou,

no processo de profissionalização do trabalho docente em Portugal, como uma *funcionarização* docente. Na análise empreendida por este autor, a funcionarização interessou aos professores porque lhes permitiu uma autonomia face à comunidade, mas em troca da subordinação ao Estado, que estava interessado em garantir o seu poder sobre as escolas.

Por outro lado, a nossa compreensão de *precarização*, como um conjunto de elementos que ou conduzem os professores e professoras a perderem seu status de profissionalização ou cerceiam as suas possibilidades de a constituírem (como reduções ou defasagens salariais, ausência ou fragmentação da formação inicial e continuada, subtração ou negação de direitos trabalhistas e condições de trabalho ruins ou precárias), também foi observada na trajetória de constituição do magistério público municipal feirense. Questões como a qualidade da formação continuada e o investimento na formação inicial dos professores e professoras encerraram a década de 1990 sem respostas significativas. Os elementos de precarização, entretanto, se revelaram muito mais como incipiências ou ausências das políticas no processo de constituição do magistério do que como perdas de direitos e conquistas.

Ao observarmos este panorama, em termos de profissionalização e precarização, percebemos movimentos de passagem, de um exercício sem regulamentação e sem maiores atenções do Poder Público Municipal quanto às suas condições de trabalho e formação, para a constituição de um quadro de funcionários públicos efetivados e concursados, com alguns acenos de melhoria na infraestrutura das escolas e em programas de formação continuada, ainda que insuficientes e organizados de forma fragmentada.

Sob a lógica do processo histórico a que o magistério municipal feirense era submetido anteriormente e do processo individual de algumas conquistas salariais e de carreira dos professores e professoras, esses movimentos de constituição do magistério público municipal nos incitam a arriscar afirmar que significaram movimentos de constituição do trabalho docente em Feira de Santana sob um princípio educativo muito mais vinculado à profissionalização – persuasão dos professores e professoras do que à sua precarização.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Ensino Básico. *O professor municipal em dados: valorização do magistério um caminho para a mudança*. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

_____. *Plano decenal de educação para todos*. Brasília: MEC, 1993.

CRUZ, Rosana E. da. Banco Mundial e Política Educacional: O Projeto Nordeste para a Educação Básica e seus Desdobramentos no Piauí (1994-1998). *Anais eletrônicos do II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI*. Teresina, 2002. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/iiencontro/GT-3/GT-03-02.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2007.

FEIRA DE SANTANA. Lei nº 1.044, de 25 de maio de 1987. *Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Feira de Santana*. Feira de Santana, maio 1987.

_____. Lei nº 1.778, de 09 de dezembro de 1994. *Regulamenta o Art. 136, VII e o Art. 137, III da Lei Orgânica Municipal, dispondo sobre eleições para preenchimento de funções gratificadas em educação*. Feira de Santana, 1994.

FEIRA HOJE. PMDB denuncia demissões de servidores municipais. Falcão nega perseguição política. Feira de Santana, 22 jan. 1987, p. 2.

_____. Vereador acusa prefeitura de realizar mais demissões. Feira de Santana, 27 jan. 1987, p. 2.

_____. Prefeito justifica convocação da câmara com cinco projetos. Feira de Santana, 17 fev. 1987, p. 2.

_____. Estatuto do magistério: Messias quer que APROFS seja ouvida pela Câmara Municipal. Feira de Santana, 24 fev. 1987, p. 2.

_____. Greve nacional paralisa escolas da rede oficial. Feira de Santana, 09 abr. 1987, p. 4.

_____. Secretaria de educação faz reciclagem para professores. Feira de Santana, 04 ago. 1987, p. 4.

_____. Professores municipais entram em greve amanhã. Feira de Santana, 16 ago. 1987, p. 2.

_____. Professores da rede municipal terão curso de reciclagem. Feira de Santana, 23 abr. 1988, p. 3.

_____. Servidor cobra a implantação do plano de cargos. Feira de Santana, 07 maio 1994, p. 4.

_____. Plano decenal de educação começa a ser discutido. Feira de Santana, 17 jun. 1994, p. 4.

_____. Servidor faz festa com plano de cargo e salário. Feira de Santana, 20 ago. 1994, p. 3.

_____. APLB convoca Assembléia para discussão de plano. Feira de Santana, 04 set. 1994, p. 5.

_____. Começa hoje I Jornada Pedagógica no Municipal. Feira de Santana, 02 mar. 1995, p. 4.

_____. Jornada encerra com compromisso de novos eventos de reciclagem. Feira de Santana, 05 mar. 1995, p. 3.

_____. Plano de educação é prioridade do governo para resgatar a qualidade. Feira de Santana, 29 jun. 1995, p. 4.

_____. Diretores de escola reunidos hoje. Feira de Santana, 16 nov. 1995, p. 3.

_____. Secretária admite estado de abandono das escolas. Feira de Santana, 27 mar. 1996, p. 3.

NÓVOA, Antonio. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. *Teoria e educação*, Porto Alegre, n. 4, 1991.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. *Educação e Sociedade*, Campinas, Ano XX, n. 69, p. 119-136, dez., 1999.